

Representantes presentes da Câmara Social

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. Fernanda Fowler P. Carbone (OAB) | 15. Andrea Sundfeld (SEURBS) - suplente |
| 2. Klécia Gili Massi (UNESP) | 16. Francisco Couto (SEURBS) |
| 3. Wilson Cabral (ITA) | 17. Jonas Motta (SEURBS) - suplente |
| 4. Lincoln Delgado (GCE) | 18. Paulo Caon (SEURBS) |
| 5. Ricardo Law (UNIP) – suplente | 19. Maiara Resende (SEURBS) - suplente |
| 6. Carlos Renó (SAB VI. Letônia) | 20. Dolores Pino (SEURBS) |
| 7. Ralf Gielow (SAVIVER) | 21. Georges Assaad (GARD) |
| 8. Gustavo Bahia (SABESP) | 22. Angela H. K. Baldan (Saúde) |
| 9. Kelly Caramelo (SASP) | 23. Elizabeth Bismark (Saúde) - suplente |
| 10. Camila Schwarz (SASP) – suplente | 24. Vinícius de P. Corrêa (SIDE) |
| 11. Renato Veneziani (SIND. RURAL) | 25. Alberto Queiróz (SFX) - suplente |
| 12. Fabiana Vieira (ACONVAP). | 26. Francisco Godoy (SMC) |
| 13. Ronaldo Madureira (SEURBS) | 27. Gabriela Fachini (SMC) –suplente |
| 14. Teles Eduardo Pivetta – suplente | 28. Rodrigo Costa (URBAM) |
| | 29. Rogério Cyborg (Câmara) |
| | 30. Dulce Rita (Câmara) |
-

Demais cidadãos presentes

1. Eduardo Sakamoto (Alupar)
 2. Eduardo Mayer (Caruso JR)
 3. Ricardo Ferraz (Ass. Amigos da Serra da Mantiqueira)
 4. Cedric Goyet (Ass. Amigos da Serra da Mantiqueira)
 5. Lucimara Corrêa (Grupo Univers)
 6. Andrea Luswarghi (Bosque Betânia)
 7. Flávia Prado (Bosque Betânia)
 8. Lucas Lacaz Ruiz (Agro Florestal)
 9. Oswaldo Pereira (SEURBS)
-

Ausências Justificadas

1. Sueleide Prado (Vale Verde)
 2. Paulo Peneluppi (AEA)
 3. Luis Barretti (ABES)
 4. Daniela Moretti (AABE) – suplente
 5. Silvio Holleben (AABE) – suplente
-

Pauta:

1. Aprovação da ATA da reunião de 18/10/18;
 2. Exposição do Grupo de Estudo (Câmara paralela) sobre o Plano Diretor de São José dos Campos – 10 minutos;
 3. Considerações Equipe Técnica da Prefeitura de São José dos Campos – 10 minutos;
 4. Evolução dos trabalhos das Câmaras Técnicas (Resíduos, Arborização e Linha de Transmissão);
 5. Apresentação e Diálogo com especialista sobre linha de transmissão;
 6. Status de Planos, Programas e Projetos da SEURBS;
 7. Apresentação do ECOPEV implantando no Putim;
 8. Informes.
-

1 Às catorze horas e trinta minutos, do dia sete de novembro de dois mil e dezoito, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, Lincoln Delgado
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a
4 presença de todos. Relatou os assuntos da pauta, sugerindo uma inversão na ordem
5 da discussão, iniciando as apresentações acerca da proposta do Plano Diretor de São
6 José dos Campos. Em seguida, submeteu a Ata da reunião realizada em 18 de outubro
7 de 2018 à aprovação da plenária, prestando alguns esclarecimentos acerca das
8 correções previamente solicitadas por alguns conselheiros. Informou que as correções
9 solicitadas pela conselheira Klécia Massi, representante da UNESP, bem como pelo
10 conselheiro Ralf Gielow, representante da SAVIVER, foram atendidas na integralidade,
11 com exceção da solicitação do conselheiro Wilson Cabral, representante do ITA, uma
12 vez que a alteração solicitada não expressava o registro da referida reunião, feito em
13 áudio, segundo a Secretária Executiva do Conselho. O representante do ITA, Wilson
14 Cabral, esclareceu que para fazer a correção do trecho mencionado utilizou uma
15 gravação da reunião, que fora registrado pelo representante do INPE, Evandro Albiach,
16 se comprometendo a verificar a gravação juntamente com a Secretária Executiva do
17 Conselho, para a realização da correção necessária. Na sequência, o Presidente
18 Lincoln Delgado (GCE), deu por aprovada a Ata da reunião realizada em 18 de outubro
19 de 2018, com ressalva, para que haja a devida correção do trecho destacado (linhas
20 418/421), nos moldes acordados. O representante da AEA, Paulo Peneluppi, registrou
21 a sua abstenção em relação à aprovação da Ata, em razão de sua ausência na referida
22 reunião. Em seguida, o Presidente Lincoln Delgado (GCE), passou a palavra ao
23 conselheiro Wilson Cabral, representante do ITA, para que iniciasse a apresentação de
24 seus estudos acerca da proposta do Plano Diretor apresentada pela Prefeitura de São
25 José dos Campos. O representante do ITA, Wilson Cabral, esclareceu que na última
26 reunião sugeriu a criação de uma Câmara Técnica para discussão do processo de

27 revisão do Plano Diretor, o que não foi colocado em votação para a plenária, razão pela
28 qual não houve a composição da referida Câmara Técnica. Esclareceu, ainda, que em
29 decorrência do ocorrido, alguns membros da Sociedade Civil e Academias resolveram
30 compor uma Câmara Técnica paralela para discussão da proposta e processo de
31 revisão do Plano Diretor, em conformidade com o regimento interno do Conselho que
32 prevê a composição das Câmaras Técnicas por 06 (seis) membros. Informou que
33 foram destinadas duas vagas para a indicação de Técnicos pelo Poder Público que
34 declinou da composição. Esclareceu que foram realizadas algumas reuniões virtuais
35 para discussão do tema, onde cada um dos membros fez seus apontamentos acerca
36 do processo de revisão do Plano Diretor, apresentando o material preliminar dos
37 estudos realizados. Iniciou a apresentação técnica por meio de "slides" prestando
38 algumas recomendações à proposta do Plano Diretor. Esclareceu que foi efetuado um
39 diagnóstico da Cidade em 2006, quando o Plano Diretor vigente foi aprovado, bem
40 como foi efetuado outro diagnóstico em 2016, apontando a evolução da Cidade e a
41 atuação do Plano Diretor em relação ao desenvolvimento do Município. Destacou que
42 segundo o entendimento da Câmara Técnica paralela há uma diferença de
43 entendimento sobre estes diagnósticos, uma vez que estes apontam para um
44 desdobramento e a assunção de algumas premissas da proposta apresentada pela
45 Prefeitura não condiz com as diretrizes apontadas pelos dois diagnósticos anteriores, o
46 que prejudica a implantação desta proposta. Esclareceu que há uma divergência na
47 infraestrutura e nas áreas das novas centralidades, e informou que um dos elementos
48 do diagnóstico é de que a Cidade possui em torno de 10.000 (dez mil) lotes vagos e
49 18.000 (dezoito mil) moradias desocupadas, o que é suficiente para conter o
50 prognóstico de crescimento populacional de 60.000 (sessenta mil) habitantes, de modo
51 que o Município tem condições de lidar com instrumentos de incentivos para que essas
52 ocupações ganhem proeminência e não seja necessário abrir outras frentes como a
53 verticalização. Sobre as macrozonas apontadas pela Prefeitura, esclareceu que a
54 Câmara Técnica paralela irá efetuar um mapeamento com as recomendações. Em
55 seguida apontou outras questões divergentes, quais sejam o índice de vegetação e o
56 adensamento para formação de potencial ilha de calor, informando que os estudos
57 efetuados apontam que há uma predisposição para formação de ilha de calor,
58 apresentando mapas de temperaturas obtidos por satélites que mostram ilhas de calor
59 que acometem principalmente as macrozonas, denominada por "consolidação" pela
60 Prefeitura. Esclareceu que os estudos apontam que essa macrozona já está
61 consolidada, não em consolidação como indica a Prefeitura de São José dos Campos,
62 de modo que o Município necessita de mais áreas verdes e de mais espaços livres
63 para esta macrozona consolidada, ao invés de mais saturação, mais crescimento e
64 mais verticalização. Informou que as recomendações apresentadas foram estipuladas
65 em consenso pelos membros da Câmara Técnica paralela, passando a apresentar
66 todas as recomendações e solicitações de alterações da proposta apresentada pela
67 Prefeitura. Afirmou que os pontos inicialmente elencados pela Câmara Técnica paralela
68 serão transformados em sugestões de alterações ao Projeto de Lei em tramitação para
69 votação na Câmara Municipal de São José dos Campos, de modo que o documento

70 apresentado ao Conselho será igualmente apresentado em sessão da Câmara, tendo
71 em vista que há a possibilidade de parte desta discussão repercutir na questão do
72 zoneamento do Município, agradecendo a atenção dos presentes. Na sequência o
73 representante do Poder Público Oswaldo Vieira, deu início à apresentação da proposta
74 do Plano Diretor em desenvolvimento. Esclareceu que o material apresentado é fruto
75 da resposta a um questionamento do Ministério Público, em razão de apontamentos
76 apresentados pelo conselheiro Wilson Cabral (ITA) acerca do processo de revisão do
77 Plano Diretor. Com relação à proposta do Plano Diretor esclareceu que em outubro de
78 2017, ocorreram as oficinas comunitárias e que durante a preparação do material para
79 a realização dos Fóruns Regionais, que instruíam o Fórum Final e as audiências
80 públicas, o conceito da proposta do Plano Diretor já estava claro, ainda realizados
81 alguns ajustes. Esclareceu, ainda, que o macrozoneamento urbano que envolve as
82 macrozonas de consolidação e estruturação, a rede de centralidades, bem como os
83 coeficientes, já faziam parte da proposta apresentada para discussão nos Fóruns
84 Regionais, afirmando que estes conceitos foram trazidos previamente para discussão
85 da população em audiências públicas, uma vez que ele veio evoluindo no decorrer do
86 processo e houve toda uma tratativa, enfatizando que tais conceitos foram
87 disponibilizados em maio de 2018. Esclareceu que em 2006, quando houve a
88 elaboração do Plano Diretor, surgiu a questão dos "impasses" e naquela ocasião já se
89 denunciava o espraiamento da Cidade, esclarecendo, ainda, que para conter este
90 espraiamento é fundamental a aplicação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto das
91 Cidades; todavia, por vários fatores não foi possível modificar na íntegra a política do
92 coeficiente, esclarecendo que o coeficiente sobrevaloriza o imóvel e a atratividade e
93 localização cria dificuldades para empreendimentos habitacionais e populares, criando
94 a periferização, que são loteamentos populares ou conjuntos habitacionais populares
95 que estão longe da "malha urbana" contínua. Afirmou que em 2010, na discussão da
96 Lei de Zoneamento houve uma tentativa para conter estes coeficientes, o que não foi
97 possível, quando foram implantados alguns controles como limite de unidades
98 habitacionais, melhora nos recuos, melhora nos gabaritos, numa iniciativa de tentar
99 interferir no preço da terra, com a ciência de que estes controles não seriam eficientes,
100 uma vez que os instrumentos urbanísticos não estavam atrelados àquela proposta.
101 Alegou que o passar dos anos e o amadurecimento do Município, foi possível trazer
102 essa discussão para a Cidade para tratar da questão dos coeficientes, de modo que os
103 impasses existentes em 2006 e que na leitura técnica de 2016, que foi efetuada pelos
104 mesmos técnicos que trabalharam na proposta apresentada, foram tratados dentro da
105 própria proposta do Plano Diretor, afirmando que a resposta para estes impasses
106 envolve macrozoneamento, centralidades, instrumentos urbanísticos, coeficiente básico
107 e único, política de habitação e regularização fundiária, ou seja, existe a relação com o
108 que fôra proposto para o Plano Diretor e a detecção destes impasses em diagnósticos
109 anteriores. Em seguida esclareceu as diferenças entre espraiamento e adensamento
110 na Cidade, ressaltando que não necessariamente o adensamento está relacionado
111 apenas com áreas verticalizadas, mas também com áreas horizontais, uma vez que o
112 adensamento populacional é definido pela quantidade da população por área. Afirmou

113 que a pretensão da Política das Centralidades é atrair população para moradias em
114 locais que estão perdendo população em razão da subutilização de áreas, afirmando,
115 ainda que o adensamento não está ligado diretamente ao coeficiente e que a ideia do
116 coeficiente básico é propiciar uma melhor valorização, não à queda de preço,
117 afirmando que o zoneamento junto com o coeficiente é que vai determinar o volume de
118 construção na Cidade, ressaltando que a intenção de trazer um crescimento
119 populacional para áreas estagnadas, o que não significa um adensamento
120 descontrolado na Cidade, já que a previsão está dentro da dinâmica de controle.
121 Destacou que os estudos realizados não foram baseados em “achismos”, bem como
122 que os técnicos da Prefeitura são extremamente capacitados, muitos são Doutores e
123 foram formados em grandes Instituições de Ensino como o Mackenzie, USP, etc. Após,
124 prestou outros esclarecimentos e encerrou a apresentação agradecendo a presença e
125 atenção de todos. Em seguida, o Presidente Lincoln Delgado (GCE), fez algumas
126 considerações sobre a fala do conselheiro Wilson Cabral (ITA), no que se refere à
127 composição da Câmara Técnica para discussão do processo de revisão do Plano
128 Diretor. Esclareceu que diferentemente do que foi mencionado, houve uma votação em
129 plenária para a instituição da referida Câmara Técnica em reunião anterior, de modo
130 que o Conselho declinou a esta prerrogativa. Afirmou que em nenhum momento houve
131 o cerceamento para composição desta Câmara Técnica, enaltecendo a iniciativa dos
132 membros do grupo de trabalho (Câmara Técnica paralela) e informando que o
133 Conselho estará sempre aberto para receber as suas contribuições. Na sequência
134 abriu a palavra aos demais presentes para um debate e esclarecimentos acerca das
135 apresentações sobre o processo de revisão do Plano Diretor. O representante do ITA
136 Wilson Cabral, destacou que o que motivou a não participação da Sociedade Civil e da
137 Academia na composição daquela Câmara Técnica foi justamente a limitação de prazo,
138 uma vez que foi concedido aos membros apenas 11 (onze) dias úteis para discussão
139 deste tema tão complexo. Em seguida, perguntou ao representante do Poder Público
140 Oswaldo Vieira: numa hipótese, um lote com de coeficiente máximo de aproveitamento
141 de 05 (cinco), e o mesmo lote com coeficiente de aproveitamento 03 (três), ou ainda, o
142 mesmo lote com o aproveitamento máximo de 1,3 (um vírgula três), qual destes três
143 lotes irá custar mais caro? Ou, ainda, os três lotes terão o mesmo valor de mercado?
144 Em resposta, o representante do Poder Público Oswaldo Vieira esclareceu que com
145 base na doutrina urbanística é que na hora em que se unifica o coeficiente, há um
146 congelamento na sobrevalorização do lote por força de um aproveitamento que a
147 Prefeitura está estabelecendo diferenciadamente de um terreno para o outro. Quando
148 há a equalização em 1,3 (um vírgula três), em 03 (três) ou 05 (cinco), há a necessidade
149 de se “desembolsar” dinheiro, e que o índice de 1,3 (um vírgula três) não acarreta a
150 verticalização, e o 03 (três) ou 05 (cinco) talvez aumente dois ou três pavimentos, o
151 que viabiliza que algumas famílias passem a ocupar alguma área estagnada. O
152 representante do ITA Wilson Cabral, refutou a explicação e mencionou que sua
153 pergunta não fora respondida. Na sequência, o Presidente Lincoln Delgado (GCE)
154 esclareceu que estes 11 (onze) dias úteis para apresentação dos resultados da
155 Câmara Técnica, como mencionou o conselheiro Wilson Cabral (ITA), não foi


156 intransigência da Presidência do Conselho ou da Secretaria de Urbanismo e
157 Sustentabilidade, uma vez que o prazo sugerido pretendia seguir o calendário de
158 atividades do processo de revisão do Plano Diretor, pactuado pelo Conselho Gestor do
159 Plano Diretor, responsável por acompanhar todo o processo de revisão. A
160 representante da UNESP Klécia Massi, a respeito da área do Banhado, informou que
161 soube que houve uma mudança na determinação da área e está ocorrendo um conflito
162 acerca da ocupação da mesma, uma vez que existem pessoas que residem naquela
163 extensão. Questionou em que oportunidade este tema será trazido à plenária para
164 discussão, tendo em vista que se trata de um tema premente. O Presidente Lincoln
165 Delgado (GCE) esclareceu que o tema envolve a discussão de vários outros temas,
166 como, por exemplo, a questão da APA Estadual que necessita da criação de um Plano
167 de Manejo para toda a área de várzea do Município, além da verba depositada pela
168 ampliação da REVAP para a criação do parque de proteção integral da área do
169 Banhado, que tem como condicionante o deslocamento da população ocupante da
170 área para outro local. Ressaltou que este é um tema muito relevante e propício, de
171 modo que seria possível pensar nesta discussão para a próxima reunião, com a
172 participação dos atores mencionados. Em seguida, o representante do ITA Wilson
173 Cabral, ratificou a solicitação de inclusão em pauta do referido tema, feita pela
174 conselheira Klécia Massi (UNESP), destacando que não é necessário que todos estes
175 atores estejam presentes na reunião para discussão, uma vez que a questão
176 envolvendo a área do Banhado é de extrema importância e pode ser discutida a
177 qualquer momento pelo Conselho, de modo que os atores mencionados poderão
178 participar em momentos oportunos. Na sequência o Presidente Lincoln Delgado (GCE)
179 manifestou a sua concordância com a colocação do conselheiro Wilson Cabral (ITA),
180 dando sequência aos assuntos da pauta. Em seguida, o representante da empresa
181 Alupar, responsável pelo empreendimento da Linha de Transmissão 500 kV – Fernão
182 Dias terminal Rio, Eduardo Sakamoto, passou a apresentar o empreendimento e
183 alguns esclarecimentos acerca do projeto e dos corredores estabelecidos. Na
184 sequência, o responsável pelo Estudo Ambiental estabelecido para o empreendimento,
185 Eduardo Mayser, passou a apresentar a estrutura do efetuoado, esclarecendo que
186 naquele momento o estudo estava na etapa de requerimento de Licença prévia.
187 Apresentou algumas ilustrações da evolução do processo de implantação do
188 empreendimento. Após, representante da TSM no relacionamento com a comunidade,
189 Lucimara Corrêa, esclareceu que fazem aproximadamente 30 (trinta) dias que a equipe
190 está em campo, fazendo o reconhecimento em todos os Municípios que serão afetados
191 pelo empreendimento, se colocando à disposição de todos para maiores
192 esclarecimentos e apresentação do Plano de Trabalho para o período de
193 licenciamento. O representante da Associação Amigos Serra da Mantiqueira Cedric
194 Goyet, questionou se o traçado apresentado pela empresa é o ideal e em que
195 momento houve uma consulta às Instituições Públicas regionais para discussão e
196 estabelecimento do melhor traçado. Em resposta ao questionamento, o representante
197 da Alupar Eduardo Sakamoto, esclareceu que em se tratando de implantação deste
198 tipo de empreendimento, o único momento em que é necessária uma manifestação

199 formal do Município é o da expedição da Certidão de Uso e Ocupação do Solo, de
200 modo que todos os Municípios envolvidos foram devidamente notificados para
201 manifestação, esclarecendo ainda que a fase de discussão com a população ainda
202 está para acontecer, o que se dará por meio de audiência pública, destacando que a
203 licença até aquele momento ainda não estava aprovada. O representante do ITA, Wilson
204 Cabral, destacou que houve minimamente um lapso da Prefeitura em alertar a
205 população acerca da implantação deste empreendimento, para que os proprietários
206 afetados pudessem se colocar mediante esta situação. Questionou quais são os pontos
207 de conflito, especificamente relacionados ao Município de São José dos Campos e qual
208 a alternativa de traçado e a capacidade da empresa de analisar esta alternativa de
209 traçado. Em resposta, o representante da Alupar Eduardo Sakamoto, esclareceu que
210 foi definido o "traçado/diretriz" que poderá sofrer algumas alterações na etapa do
211 projeto executivo, onde dependendo da necessidade, poderão ocorrer alguns
212 deslocamentos do corredor sem que haja a alteração em grandes proporções da Linha
213 de Transmissão. A representante da UNESP, Klécia Massi, fez uma crítica à pauta da
214 reunião, uma vez que a mesma indicava que haveria uma apresentação sobre o
215 empreendimento feita por "especialistas" da área de Linha de Transmissão de energia,
216 e embora acredite que os presentes o sejam, são responsáveis por este
217 empreendimento e certamente irão defender a sua implantação, ressaltando que seria
218 interessante a presença de alguma pessoa instruída sobre o tema, porém que não
219 tivesse ligação com a empresa responsável. Destacou que já trabalhou com Estudos
220 de Impacto Ambiental, tendo inclusive ministrado uma disciplina sobre estes estudos na
221 Instituição de Ensino em que dá aula, informando que já leu o Estudo de Impacto
222 Ambiental do empreendimento na íntegra e conhece muito bem o seu conteúdo.
223 Esclareceu que os diagnósticos, especialmente os de cunho ambiental, são
224 superficiais, bem como os prognósticos, ressaltando que a planilha de impactos
225 ambientais é muito realista, uma vez que é extremamente vermelha, enfatizando que
226 nunca havia visto uma planilha de impacto ambiental tão negativa, e que isto denota
227 uma honestidade da empresa em relação aos impactos do empreendimento, mas
228 também demonstra que a empresa tem tanta certeza de que este projeto será
229 aprovado que não tem medo de demonstrar os reais impactos ambientais que o
230 empreendimento acarretará. Por fim, informou que o IDAP, que é o índice responsável
231 pelo estabelecimento das alternativas, é muito confuso, e fez mais alguns
232 apontamentos acerca do Estudo apresentado, enfatizando que na reunião da Câmara
233 Técnica a empresa deverá fornecer mais esclarecimentos e detalhes sobre o estudo
234 efetuado e sobre o empreendimento em questão. Em resposta, o responsável pelo
235 Estudo Ambiental realizado, Eduardo Mayer, em relação à planilha de impactos
236 ambientais apresentada, esclareceu que não se trata de coragem da empresa, mas
237 que nestas questões a consultoria responsável por efetuar os estudos deve ser
238 totalmente honesta acerca dos impactos potenciais a serem causados pela
239 implantação empreendimento. Destacou que fica muito surpreso com a declaração da
240 conselheira Klécia Massi (UNESP), em afirmar que nunca se deparou com uma
241 planilha que demonstrasse tantos impactos potenciais, uma vez que é algo muito

242 comum neste tipo de estudo, já que o objetivo deste estudo é demonstrar exatamente
243 quais serão os impactos ambientais potenciais a serem causados pelo
244 empreendimento, para que a partir deste estudo possam ser tomadas as medidas,
245 programas e planos necessários para viabilizar a implantação do empreendimento do
246 ponto de vista ambiental, até para que seja possível mitigar, prevenir e compensar
247 estes impactos ambientais, esclarecendo, ainda, que após realizado o estudo e
248 estabelecidas as medidas, planos e propostas é que o IBAMA irá avaliar se estas
249 ações serão suficientes ou se necessitam de complementação, bem como a viabilidade
250 do empreendimento. Em seguida, o representante do IEPA, Marcelo Godoy, enfatizou
251 que a responsabilidade tem que ser cobrada da empresa empreendedora, razão pela
252 qual discorda que discussão deveria ser encabeçada por alguém neutro e, portanto,
253 está satisfeito com a presença dos representantes da empresa. Após, questionou a
254 passagem deste corredor pela única unidade de conservação do Município, o Horto
255 Florestal, que possui muitas espécies ameaçadas de extinção, solicitando que a
256 empresa traga ao COMAM uma apresentação mais detalhada sobre os impactos
257 ambientais na região e as alternativas para conter estes impactos. Finalizou
258 questionando se há uma prioridade para os viveiros da região para receber as espécies
259 que possivelmente serão deslocadas com a implantação do empreendimento. O
260 representante da Alupar, Eduardo Sakamoto, esclareceu que o corredor não irá cortar
261 o Horto Florestal, vez que foram criadas alternativas para preservação das áreas de
262 vegetação; finalizou afirmando que a intenção da empresa é estabelecer parcerias com
263 empreendedores e instituições da região, exemplificando a contratação da empresa de
264 comunicação da região para estabelecer o relacionamento com os moradores afetados,
265 de modo que oportunamente haverá a consulta e possível estabelecimento de parceria
266 com viveiros da região. Em seguida, o representante da Associação Amigos da Serra
267 da Mantiqueira, Ricardo Ferraz, afirmou que a empresa publicou um RIMA em abril de
268 2018 e na reunião do Conselho realizada em julho de 2018, o representante da Alupar,
269 Eduardo Bordignon, assegurou que não havia a existência deste documento até aquela
270 data, afirmando que o mesmo estava em processo de realização, o gera aos
271 interessados uma desconfiança enorme a respeito da empresa responsável pelo
272 empreendimento. Posteriormente efetuou a leitura de um trecho de um documento:
273 "Considera pertinente às informações apresentadas, especialmente a reivindicação do
274 estabelecimento de um corredor de empreendimentos lineares, paralelismo, evitando
275 impactar novas áreas no interior de uma unidade de conservação.", afirmando que o
276 referido documento é de autoria do IBAMA e ICMBio, colocando-o à disposição para
277 consulta de todos os interessados. Afirmou, ainda, que a empresa se furtar de efetuar
278 um estudo para paralelismo deste corredor é uma falta grave desta empresa.
279 Esclareceu que a atuação da empresa está sendo negativa, ruim e que está
280 demonstrando a todos que uma empresa capitalista como é Alupar, com rendimentos
281 de trezentos milhões de reais líquidos nos últimos 03 (três) anos, de capital estrangeiro,
282 não se importa com mais nada além de lucrar. Na sequência, a representante da
283 ACONVAP, Fabiana Vieira, informou que é engenheira civil e, portanto, não possui
284 muito conhecimento na área ambiental, mas que observou que se fala muito de

285 impactos ao Meio Ambiente e se esquece dos impactos ao ser humano, que a
286 preocupação maior em se tratando destes empreendimentos é de preservar
287 remanescentes, maciços arbóreos, mas não há nenhuma preocupação em preservar o
288 direito de propriedade do indivíduo, nem mesmo o direito à vida constituída daqueles
289 que residem naqueles locais; enfatizou que pouco se considera da vida das pessoas,
290 dos esforços, dos sonhos, afirmando que em seu ponto de vista é necessário que se
291 priorize o ser humano e seu bem estar, e que é na vida destas pessoas que serão
292 afetadas que a empresa responsável por este empreendimento deve pensar. Em
293 resposta, o representante da empresa, Eduardo Sakamoto, esclareceu que é muito
294 mais interessante estabelecer um corredor paralelo ao já existente, uma vez que já
295 existe estrutura estabelecida e isto acarretaria em economia e menor desgaste para a
296 empresa; todavia, afirmou que o corredor estabelecido seguiu orientações e diretrizes
297 do próprio IBAMA, sugerindo que o Conselho protocole no processo suas sugestões e
298 questionamentos, já que este é o momento. Em seguida, manifestou a sua
299 concordância com a manifestação da conselheira Fabiana Vieira, afirmando que a
300 empresa analisa todas as alternativas possíveis antes de ter de deslocar ou prejudicar
301 uma família. Não havendo mais questionamentos, o Presidente Lincoln Delgado (GCE)
302 deu sequência aos assuntos da pauta. Na sequência o representante do Poder Público,
303 Ronaldo Madureira, em nome da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, colocou em
304 votação três temas de interesse da referida Câmara Técnica para discussão,
305 solicitando que a plenária escolhesse o tema de maior relevância para direcionamento
306 dos trabalhos da Câmara Técnica constituída. Os temas foram apresentados à
307 plenária, sendo o primeiro "Como aperfeiçoar o sistema de informações para
308 acompanhamento das metas, programas e ações do Plano Municipal de Ação
309 Integrado de Resíduos", sendo o segundo tema: "Como aumentar a capacidade e
310 eficiência da Segregação dos Resíduos Sólidos Urbanos nas fontes geradoras" e o
311 terceiro tema: "Como reduzir a quantidade de resíduos orgânicos e de limpeza urbana
312 que são inadequadamente dispostos no aterro sanitário". Por unanimidade a plenária
313 optou pelo terceiro tema. Em seguida, a representante do Poder Público, Andrea
314 Sundfeld, atualizou a todos acerca dos trabalhos realizados pela Câmara Técnica
315 constituída para discussão da reestruturação do Código de Arborização, enfatizando
316 que os trabalhos serão concluídos o quanto logo possível. O também representante do
317 Poder Público, Georges Assaad, passou a prestar informações sobre os trabalhos
318 realizados pela Câmara Técnica constituída para discussão do empreendimento da
319 Linha de Transmissão. Na sequência, o representante da AEA, Paulo Penelluppi,
320 informou o seu desligamento do Conselho, por motivos de ordem pessoal; esclareceu
321 que o seu suplente não poderá assumir a cadeira, razão pela qual a Associação fará a
322 indicação de novos representantes oportunamente. Ressaltou que foi muito gratificante
323 ter feito parte do Conselho por 03 (três) anos, bem como a oportunidade de trabalhar
324 com este grupo, desejando sucesso a todos na finalização deste mandato e
325 agradecendo por todo o período de convivência e trabalho com todos os profissionais
326 ali presentes. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente, Lincoln Delgado (GCE),

- 327 encerrou a reunião, agradecendo a presença e colaboração de todos, e eu, Tamires
328 Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna, lavrei a presente ata.



José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Presidente



Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna
Secretária Executiva